
O Trabalho das Mulheres Residentes Rurais no Estado de São Paulo

-
- Rural não é mais sinônimo de agrícola
 - Atividades não-agrícolas e o crescimento da ocupação
 - Emprego permanente concentra mais mão-de-obra feminina
 - Residentes no meio rural e o emprego doméstico
-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

**FUNDO PARA IGUALDADE DE GÊNERO,
AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL – CIDA/ACDI**

Entidades participantes



Apoio



MULHER Trabalho

SUMÁRIO

O TRABALHO DAS MULHERES RESIDENTES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
RURAL NÃO É MAIS SINÔNIMO DE AGRÍCOLA	4
OCUPAÇÃO – ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS DETERMINAM O CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO ENTRE AS RESIDENTES RURAIS	9
EMPREGO – AS MULHERES DE RESIDÊNCIA RURAL TRABALHAVAM, EM SUA MAIORIA, NA POSIÇÃO DE EMPREGADAS	10
EMPREGO AGRÍCOLA – EMPREGO PERMANENTE CONCENTRA MAIS MÃO-DE-OBRA FEMININA	21
EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA – RESIDENTES NO MEIO RURAL EMPREGADAS NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS	26
BIBLIOGRAFIA	28



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Secretário de Economia e Planejamento
André Franco Montoro Filho

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretor Executivo
Flavio Fava de Moraes

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro
Amaro Angrisano

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica
Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Produção de Dados
Luiz Henrique Proença Soares

Chefia de Gabinete
José Max Reis Alves

Conselho de Curadores
Adroaldo Moura da Silva (Presidente)
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
Carlos Antonio Luque
Hélio Nogueira da Cruz
Luiz Antonio Vane
Luís Carlos Guedes Pinto
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Maria Fátima Pacheco Jordão
Neide Saraceni Hahn
Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal
Eunice Barboza Machado
Ironice da Rocha Silva
Maria de Fátima Falcão

Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica

Gerência de Análise Socioeconômica e Estudos Especiais
Paula Montagner (gerente)
Margareth Izumi Watanabe (chefe de divisão)
Guiomar de Haro Aquilini, Leila Luiza Gonzaga,
Márcia Halben Guerra (equipe técnica)

Gerência de Métodos Quantitativos
Nádia Dini (gerente)
Susana Maria F. Pereira, Edna Yukiko Taira,
Antonio Etevaldo Teixeira Junior (equipe técnica)

Diretoria Executiva

Coordenação de Relações Institucionais
Maria Cecília Comegno

Assessoria de Editoração e Arte
J. B. de Souza Freitas
(MTE 10.477)
Programação Visual
Cristiane de Rosa Meira, Eliane Rios Antonio,
Leandro Gonçalves Guerra
Preparação de Texto
Vania Regina Fontanesi
Revisão de Texto
Maria Aparecida Andrade, Rita Del Mônico

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE
Avenida Cásper Líbero 478 CEP 01033-000
São Paulo SP Fone (11) 3224.1600 Fax (11) 3224.1700
www.seade.gov.br
ouvidoria@seade.gov.br geadi@seade.gov.br

MULHER Trabalho

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE
Flavio Fava de Moraes
(Diretor Executivo)

Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF
Maria Aparecida de Laia
(Presidente)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese
Sérgio Arbulu Mendonça
(Diretor Técnico)

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert
Walter Borelli
(Secretário)

O Trabalho das Mulheres Residentes Rurais do Estado de São Paulo

A partir de meados da década de 60 a intensificação do processo de modernização agrícola deflagrou um conjunto de mudanças sociais que repercutiram na taxa de crescimento da população residente no campo, bem como na aceleração do ritmo do êxodo rural-urbano. A redução na magnitude absoluta da população rural continuou nos anos 80, levando os analistas econômicos e demográficos a falar em “esvaziamento” da população rural.

Nos anos 90 observa-se, entretanto, uma mudança brusca de cenário, quando ocorrem, concomitantemente, a interrupção do decréscimo da população que reside no campo e a diminuição significativa do emprego rural agrícola. O aparente paradoxo é explicado pelo aumento do emprego rural não-agrícola e a expansão do desemprego e da inatividade.

O crescimento de atividades não-agrícolas nas áreas rurais teve um papel importante no estabelecimento de novas agroindústrias, na expansão daquelas tradicionais, na ampliação dos serviços públicos para as áreas rurais, especialmente a educação, no surgimento de novas atividades como o turismo rural e o lazer e no aumento da prestação de serviços vinculado a uma expansão de moradias no campo, de modo particular no Estado de São Paulo. São estas atividades as principais responsáveis pelo crescimento do que denomina-se pluriatividade, ou seja, o aparecimento de trabalhos múltiplos e fontes de renda diversificadas para as famílias cujos rendimentos provinham, principalmente, da agricultura.

Um outro fenômeno importante refere-se à significativa participação das mulheres nessas ocupações rurais não-agrícolas, encontrando, nas novas atividades uma forma de inserção remunerada de forma regular, diversamente do que ocorre com aquelas que atuam nas atividades destinadas ao consumo próprio e as que permanecem no trabalho familiar sem remuneração, segmentos em que as mulheres também se constituem maioria. No entanto, a análise dos dados da PNAD mostra que também para este contingente feminino predomina o trabalho nos serviços domésticos, que se constituem em porta de ingresso e provavelmente de permanência na atividade econômica de mulheres de famílias cujos membros passam a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas e também daquelas que, permanecendo na área rural, já não exercem qualquer atividade agropecuária. Este estudo focaliza, com base nas informações das PNADs de 1995 e 1999, o crescimento das atividades não-agrícolas e a forma como as mulheres residentes em áreas rurais do Estado de São Paulo foram atingidas. Ao refletir em que medida essas novas ocupações significaram uma melhora da inserção feminina no mercado de trabalho, quando comparadas àquelas tradicionais geradas pela agricultura, retoma-se o debate sobre os problemas que as mulheres residentes nas áreas rurais enfrentam para garantir a sobrevivência individual e familiar.

Eugenia Troncoso Leone

Prof.^a Dra. Instituto de Economia da UNICAMP

Rural não é mais sinônimo de agrícola

Atividades e funções não-agrícolas caracterizam o “novo rural”

O objetivo deste trabalho é analisar a inserção das trabalhadoras de residência rural no mercado de trabalho nos anos de 1995 e 1999, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE. Para a análise da qualidade dessa inserção na atividade econômica, foram consideradas algumas variáveis: extensão da jornada de trabalho; existência de vínculo empregatício; contribuição para a previdência; rendimentos e recebimento de auxílios ligados ao trabalho.

Ao discutir o trabalho feminino no meio rural brasileiro, em especial o paulista, é preciso levar em conta as transformações pelas quais o mundo rural vem passando, sendo que um dos pontos fundamentais reside na clara tendência de ampliação das atividades e ocupações rurais não-agrícolas entre os residentes nas áreas rurais, o que reforça a imagem do meio rural como espaço em que não mais predominam as atividades agrícolas.

A redução da demanda de mão-de-obra em atividades agrícolas, processo que se iniciou no pós-60, afetou o cenário rural e ocorreu de forma con-

mitante ao processo de ampliação das atividades não-agrícolas. No Estado de São Paulo, a diminuição das ocupações agrícolas decorreu, em grande parte, da modernização e mecanização das principais operações de cultivo, principalmente daquelas relacionadas à colheita e pós-colheita, bem como da redução das áreas cultivadas, como verificado, em especial, para a cana-de-açúcar, o café, os grãos e as oleaginosas.¹

Na busca de novas ocupações, acentua-se a mobilidade dos residentes rurais, assumindo duas formas: movimento migratório com mudança de residência; e mobilidade resultante dos deslocamentos entre o local de trabalho e o de residência. A predominância de um ou de outro depende da dinâmica econômica regional do entorno, que pode ou não oferecer oportunidades de trabalho para moradores de localidades próximas. A ampliação dessa mobilidade em razão da queda nas ocupações agrícolas é, no entanto, um fenômeno que explica parte do crescimento das ocupações não-agrícolas entre os residentes rurais.²

1. Sobre as transformações ocorridas no meio rural há importantes estudos desenvolvidos pelo Projeto Rurbano, que tem por objeto apresentar uma caracterização do novo rural brasileiro (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>).

2. Sobre esse tema, ver o trabalho de BALSADI (2000).

Outro aspecto refere-se à dificuldade de parte significativa das famílias rurais de sobreviver apenas com a produção agropecuária. A redução da rentabilidade nas atividades agropecuárias, resultante da queda dos preços das *commodities* que se acentuou nos anos 90, com a maior abertura dos mercados domésticos à competição internacional, levou parte das famílias a adotarem estratégias de diversificação de rendas como forma de sobrevivência familiar, ampliando assim a busca por ocupações não-agrícolas.

No entanto, o declínio do papel da agricultura nas atividades e ocupações do meio rural foi acompanhado do surgimento de novas funções (lazer, turismo, moradia, preservação ambiental, sede de empresas industriais e de serviços, etc.), o que torna difícil a caracterização do espaço rural somente como agrário. Este ponto será retomado mais adiante.

Esse fenômeno – crescimento das atividades não-agrícolas nas zonas rurais – não é novo e ocorreu também em outros países. Analisando o comportamento da População Economicamente Ativa – PEA rural, em 18 países latino-americanos,³ nas décadas de 70 e 80, Klein (apud Balsadi, 2000) observou que o número de pessoas ocupadas na agricultura reduziu-se de forma acentuada. “Em 1950, 54,0% dos trabalhadores latino-americanos estavam ocupados na agricultura, enquanto no iní-

cio dos anos 90 essa participação era de 25,0%. Entre as causas dessa queda estão, segundo o autor, a acentuada migração rural-urbana, a modernização tecnológica e as mudanças na estrutura do mercado de trabalho rural, com grande crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas da população economicamente ativa residente no meio rural” (Balsadi, 2000: 20). Quanto à PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, o estudo indica que a média de crescimento para a América Latina foi de 3,4%. Com exceção do Uruguai, que foi o único país que registrou queda (2,4% ao ano) da PEA rural não-agrícola, os demais apresentaram crescimento, em especial El Salvador (9,9%), Honduras (5,9%), Brasil (5,2%) e Panamá (5,2%).

No Brasil, segundo Del Grossi (1999), já em 1995, 26% da PEA rural ocupada desenvolvia atividades não-agrícolas. Por regiões, a PEA rural não-agrícola aumentou principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Por ser a região mais populosa, o Nordeste concentrava, em valores absolutos, 40% do total da PEA rural não-agrícola, seguido pelo Sudeste. No entanto, em termos relativos, a maior proporção da população rural ocupada em atividades não-agrícolas do país encontrava-se no Sudeste. As regiões Sul e Nordeste apresentavam as menores participações, pouco mais de 1/5 dos trabalhadores com

3. Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

residência rural estavam ocupados em atividades não-agrícolas.

Em São Paulo, em 1995, pouco mais da metade dos trabalhadores com residência rural estavam ocupados em atividades agrícolas. Em 1999, este quadro tinha se alterado, uma vez que mais de 57% dos residentes rurais exerciam atividades não-agrícolas. Este processo foi mais acelerado para as mulheres residentes rurais, dado que, em 1999, pouco mais de 67% se ocupavam em atividades não-agrícolas, enquanto cerca de 52% dos homens o faziam (Tabela 1). Portanto, para as mulheres residentes nas áreas rurais, as ocupações não-agrícolas passaram a ter um peso muito mais importante do que a agricultura.

O “novo rural”

Como se explicam o surgimento e a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural? No entender de vá-

rios autores, isso se deve a um conjunto de fatores que interagem e vêm atuando na dinâmica social e econômica do Estado.

Tiveram papel importante nesse processo o aumento e a diversificação do consumo das populações urbanas e rurais, na forma não só de produtos agropecuários, mas também de transporte, comércio, peças de artesanato, oportunidades de lazer no meio rural, turismo ecológico, etc. Somam-se a esse fator a expansão dos serviços públicos nas áreas rurais, especialmente a educação, e a crescente demanda por terras para o estabelecimento de indústrias e agroindústrias e de empresas prestadoras de serviços, que fogem aos altos preços da terra nas áreas urbanas e buscam mão-de-obra mais barata, além de outras vantagens.

Vem crescendo também o uso de terras rurais para moradia, seja por parte da população de baixa renda, que compra

Tabela 1
Distribuição dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995-1999

Setores de Atividade	Em porcentagem					
	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	50,9	33,6	57,3	42,7	31,9	47,3
Não-Agrícola	48,5	66,1	42,0	56,9	67,2	52,4

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

lotes para autoconstrução na periferia das cidades, seja por parte da população urbana de alta renda, que constrói uma segunda residência na zona rural ou se muda definitivamente para ela, aumentando a demanda por serviços de toda sorte, inclusive os domésticos, que empregam sobretudo as mulheres, como se verá mais adiante.

Existem também novas atividades agropecuárias, voltadas para nichos de mercado muito específicos, tais como: a piscicultura e processamento industrial do pescado; criação de aves, rãs, *escargots*, minhocas; produção orgânica de ervas medicinais, verduras e legumes; fruticultura de mesa e floricultura. Estas atividades, que antes eram consideradas “de fundo de quintal” ou *hobbies*, estão hoje capitalizadas e têm grande aceitação no mercado, muitas vezes graças à vinculação entre elas e os grandes supermercados, redes de *fast food* e restaurantes. Sua ampliação passa a requerer novos serviços de seu entorno, como transporte e comunicações, além de continuar gerando empregos diretos.

Assim, o “novo rural” seria formado, de um lado, por atividades agropecuárias modernas altamente capitalizadas e, de outro, por ocupações não-agrícolas desvinculadas da produção agropecuária, porém envolvendo a população de residência rural. As transformações do mundo rural, que alteraram as oportunidades de trabalho, transformaram a base da organização social dessas áreas, articulando progressivamente a agricultura com

os demais setores da atividade econômica. Além de serem um fator de fixação do homem no campo, estas transformações vieram propiciar alternativas ao desemprego e redução da pobreza no meio rural (Balsadi, 2000).

Algumas definições

Antes de passar à análise, algumas definições se fazem necessárias para o entendimento dos resultados a serem apresentados.

Em primeiro lugar, os conceitos de *rural* e *urbano*. Por muito tempo no Brasil foi adotada, nos levantamentos oficiais, uma conceituação político-administrativa. A partir de 1992, o IBGE abriu em oito classes a situação do domicílio, em substituição às duas clássicas de rural e urbano. Deixando de privilegiar a situação legal das localidades, o critério adotado passou a ser o grau de urbanização efetiva, entendida como a presença de construções, arruamentos, intensa ocupação urbana, equipamentos urbanos, etc. Em vez da dicotomia prévia, estabeleceu-se assim um *continuum* de situações do domicílio, que podem ser agregadas diferentemente, segundo os objetivos de cada pesquisador.

Neste trabalho, adotou-se a agregação utilizada por Balsadi (2000) que se baseia, por sua vez, em metodologia desenvolvida no Projeto Rurbano da Unicamp. A partir das oito classes em que o IBGE agrupa os dados de residência, foram definidos quatro gru-

pos: o urbano; a periferia; os distritos e povoados; e o rural privado. O urbano e a periferia urbana são mais urbanizados, ao passo que no grupo de distritos e povoados e no rural privado são mais claras as características rurais. A análise estará concentrada na PEA rural ocupada, isto é, na população trabalhadora residente nos distritos e povoados e no chamado rural privado, que inclui as zonas rurais propriamente ditas.

A segunda definição que se faz necessária diz respeito ao conceito de *PEA ocupada*. A PNAD considera economicamente ativas ocupadas todas as pessoas com dez anos e mais que estavam trabalhando na semana de referência ou que estavam temporariamente afastadas desse trabalho devido a férias, doença, licença, etc. Da mesma forma como

Balsadi (2000), Graziano da Silva e Del Grossi (1999) e outros autores, neste trabalho também serão desconsiderados alguns grupos recém-incluídos, pelo IBGE, na PEA ocupada, a saber: as pessoas que trabalham sem remuneração, ajudando um membro da família ou outro trabalhador, por um período inferior a 15 horas semanais; e as pessoas que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo ou autoconstrução. O primeiro grupo representava, em 1999, 2,7% das mulheres ocupadas; enquanto o segundo abrangia 16,4% do contingente feminino ocupado e 1,9% dos homens ocupados (Tabela 2). Da população que deixou de ser incluída como ocupada, um percentual muito maior de mulheres (16,4%) do que de homens (1,9%) dedicava-se exclusivamente a tarefas de autoconsumo e autoconstrução.

Tabela 2
Distribuição dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Tipos de Ocupação
Estado de São Paulo
1999

Tipos de Ocupação	Em porcentagem		
	Total	Mulheres	Homens
Ocupados (2)	100,0	100,0	100,0
Não-Remunerados com Menos de 15 Horas na Semana	1,4	2,7	-(1)
Dedicados Exclusivamente a Atividades de Autoconsumo e Autoconstrução	6,9	16,4	1,9
Ocupados em Sentido Restrito	91,7	80,9	97,3

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Valor sujeito a erro amostral elevado, superior a 30%.

(2) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade.

OCUPAÇÃO

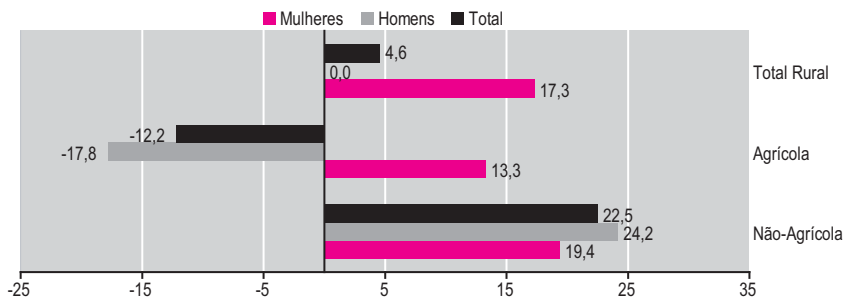
Atividades não-agrícolas determinam o crescimento da ocupação entre as residentes rurais

Entre 1995 e 1999, no Estado de São Paulo, os ocupados em atividades agrícolas da PEA rural passaram de 537.000 para 471.000 pessoas, enquanto a ocupação não-agrícola aumentou, de 507.000 para 621.000 pessoas. Este crescimento compensou a redução de postos de trabalho agrícolas, de tal modo que a PEA ocupada rural passou de 1.044.000 para 1.092.000 pessoas, no período.

A PEA rural ocupada não-agrícola vem mantendo o contingente de trabalhadores rurais, pois, enquanto os ocupados na agricultura apresentaram decréscimo (66.000 ocupações) entre 1995 e 1999, a PEA rural ocupada não-agrícola aumen-

tou em quase 114.000 postos de trabalho. Este movimento se repete quando considerada a situação de mulheres e homens, mas com intensidade diferenciada. Entre os homens, o saldo líquido no período 1995-99 foi praticamente nulo, devendo a manutenção do nível ocupacional ser creditada ao crescimento das atividades não-agrícolas (78.000 postos). Já entre as mulheres residentes rurais, observou-se expansão do nível ocupacional, com a geração de 49.000 postos, sendo que as atividades não-agrícolas foram responsáveis por mais de 73,0% desse aumento, com a criação de 36.000 ocupações no período.

Gráfico 1
Taxas de Crescimento dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

As mulheres de residência rural trabalhavam, em sua maioria, na posição de empregadas

Para as mulheres residentes rurais, registrou-se aumento do número de ocupadas em praticamente todas as posições, porém mais acentuadamente entre as empregadas, passando de 188.000 para 222.000, entre 1995 e 1999, o que equivale a um saldo líquido de 34.000 postos. Como nesse período a PEA ocupada rural ampliou-se em 49.000 postos, esta posição foi responsável por cerca de 69,0% do total de postos gerados. Com isto, as empregadas, que já representavam, em 1995, 67,1% da PEA rural feminina ocupada, passaram a corresponder a 67,5% desse total em 1999 (Tabela 3).

Entre os homens, que apresentaram no período estabilidade no nível geral de ocupação, verificaram-se decréscimo para os empregados e os trabalhadores familiares não-remunerados e aumento nas demais posições, não se alterando, no entanto, a participação dos empregados, que permaneceram majoritários (65,4%).

Dividindo a PEA rural em ocupações agrícolas e não-agrícolas (Tabela 4), observa-se que, em 1999, a maioria das mulheres rurais com ocupações não-agrícolas tinha posição de empregada (54,4%), ao passo que, no trabalho agrí-

Tabela 3
Distribuição dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1995-1999

Posição na Ocupação	Em porcentagem					
	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	67,2	67,1	67,3	66,1	67,5	65,4
Conta Própria	18,4	12,5	20,5	19,6	9,7	24,0
Empregador	2,8	0,4	3,7	4,1	3,0	4,7
Trabalhador Familiar						
Não-Remunerado	11,1	19,6	8,0	9,7	18,8	5,6

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

Tabela 4
Distribuição dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo, segundo
Setores de Atividade e Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1995-1999

Em porcentagem

Setores de Atividade e Posição na Ocupação	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	50,9	33,4	57,3	42,7	32,1	47,2
Empregados	29,4	13,1	35,3	23,7	13,1	28,3
Conta Própria	9,6	2,0	12,4	9,1	2,6	11,9
Empregador	1,7	-	2,3	1,9	0,5	2,4
Trabalhador Familiar						
Não-Remunerado	10,2	18,3	7,2	8,0	15,9	4,6
Não-Agrícola	48,5	66,0	42,1	56,9	67,2	52,4
Empregados	37,8	54,0	31,9	42,4	54,4	37,2
Conta Própria	8,7	10,3	8,1	10,6	7,2	12,0
Empregador	1,1	0,3	1,4	2,3	2,6	2,2
Trabalhador Familiar						
Não-Remunerado	0,9	1,4	0,7	1,6	3,1	1,0

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

cola, predominavam as trabalhadoras familiares não-remuneradas (15,9%), seguidas pelas empregadas (13,1%). Já entre os homens, prevalecia a posição de empregado, tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas.

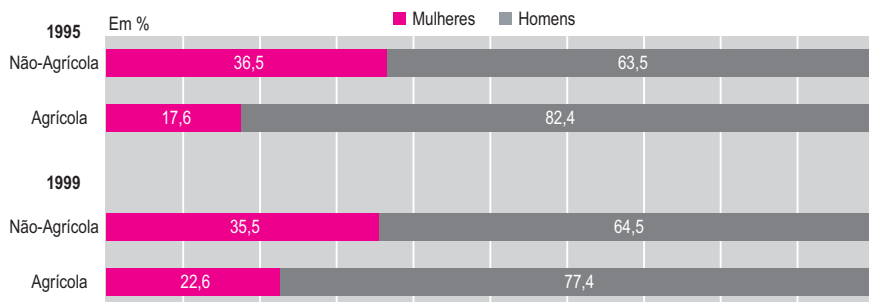
Como nos outros setores da economia, nos anos 90, os homens predominavam tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas. Em 1995, 82,0% dos ocupados na agropecuária paulista (438.000 pessoas) eram do sexo masculino, contra 18,0% de mulheres (94.000). No período analisado, houve

redução no número de homens ocupados e aumento para as mulheres, fazendo com que, em 1999, a proporção de homens passasse para 77,0 % (361.000 pessoas) e a de mulheres alcançasse 23,0%, o que corresponde a 105.000 postos (Gráfico 2).

Nas atividades não-agrícolas, a distribuição entre os sexos manteve-se praticamente inalterada, sendo os homens responsáveis por cerca de 64% do total das ocupações.

Quanto à posição na ocupação, em 1999, os homens eram maioria também

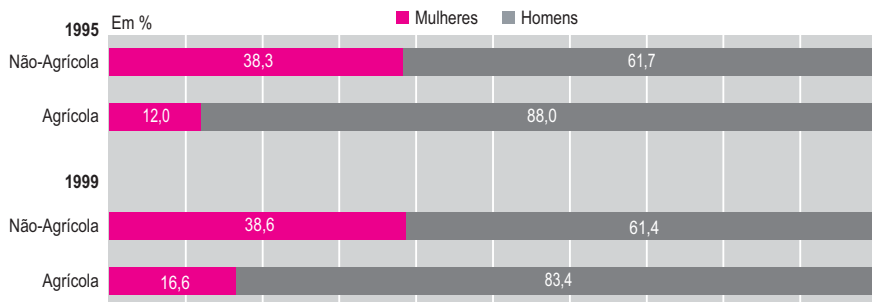
Gráfico 2
Distribuição dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

Gráfico 3
Distribuição dos Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

entre os empregados. No entanto, observa-se uma pequena sub-representação das mulheres entre os empregados em atividades agrícolas: de cada 100 ocupados em atividades agrícolas, 23 eram mulhe-

res e, entre os empregados, apenas 17. Nas atividades não-agrícolas, observa-se situação oposta: de cada 100 ocupados, 36 eram mulheres e, entre os empregados, este número sobe para 39.

No emprego em atividades agrícolas predominavam as trabalhadoras permanentes; no não-agrícola, os serviços domésticos

Tendo em vista o quadro geral em que, entre os ocupados residentes rurais, cerca de 52% dos homens e 67% das mulheres desenvolvem atividades não-agrícolas, a maioria na condição de empregados, buscou-se conhecer com maiores detalhes as características do trabalho em alguns dos principais grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas.

Os grupos de ocupações não-agrícolas para os quais foi possível obter um número mínimo de casos foram os de serviços domésticos, serviços não-domésticos, construção civil, motoristas, indústria de transformação e comércio não-especializado, que concentravam cerca de 85,0% do total dos empregados em atividades não-agrícolas. Os grupos de ocupações agrícolas foram os de empregados permanentes e temporários e de operadores agrícolas, que também representavam cerca de 85,0% do total dos empregados em atividades agropecuárias.

Em 1999, entre os empregados em atividades agrícolas, os trabalhadores permanentes eram maioria (62,5%), seguidos pelos trabalhadores temporários e os operadores agrícolas, conjuntamente responsáveis por 18,9% do total dos empregos na agropecuária. Por sexo, observa-se a mesma concentração:

61,0% das mulheres e 63,0% dos homens eram trabalhadores permanentes.

A composição por sexo nos empregos agrícolas revela uma supremacia masculina: 83,0% eram ocupados por homens. Como esperado, esta proporção era maior entre os operadores agrícolas, por exigirem maior qualificação, e menor entre os trabalhadores temporários.

No emprego em atividades não-agrícolas, a ocupação predominante, para as mulheres, continua a ser o serviço doméstico, que emprega mais da metade das trabalhadoras rurais não agrícolas (55,1%, em 1995, e 52,7%, em 1999). Os homens tinham um padrão diferente de emprego, em 1995, pois um terço deles trabalhava na indústria e somente 12,8% nos serviços domésticos. Em 1999, a indústria passou a representar 22,0% do emprego masculino e os serviços domésticos atingiram 15,7%, suplantando inclusive a Construção Civil, com 12,8% (Tabela 5).

Nas atividades não-agrícolas, a composição por sexo revela que, em 1999, as mulheres eram maioria apenas nos serviços, tanto os domésticos (68,0%) quanto os não-domésticos (53,0%). Nos demais grupos ocupacionais analisados, os homens eram majoritários, em especial entre os empregados como motoristas e na Construção Civil (Gráfico 4).

É interessante observar que, no período 1995-99, houve uma inversão de posições entre os empregados nos serviços não-domésticos: as mulheres eram

Tabela 5
Distribuição dos Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo
Setores de Atividade e Grupos de Ocupações
Estado de São Paulo
1995-1999

Em porcentagem

Setores de Atividade e Grupos de Ocupações	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Agrícola (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalhadores Temporários	10,9	-(2)	10,3	9,1	-(2)	7,0
Trabalhadores Permanentes	63,3	69,2	62,4	62,5	60,8	62,8
Operadores Agrícolas	10,9	-	12,4	8,8	-(1)	9,8
Não-Agrícola (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços Domésticos	29,0	55,1	12,8	30,0	52,7	15,7
Serviços Não-Domésticos	8,1	10,1	6,9	8,6	11,8	6,5
Indústria de Transformação	26,2	15,4	32,8	17,3	9,9	22,0
Comércio Não-Especializado	8,1	12,2	5,6	7,3	5,2	8,6
Motoristas	4,0	(2)	6,6	4,9	(2)	8,0
Construção Civil	9,3	(2)	15,1	7,8	(2)	12,8

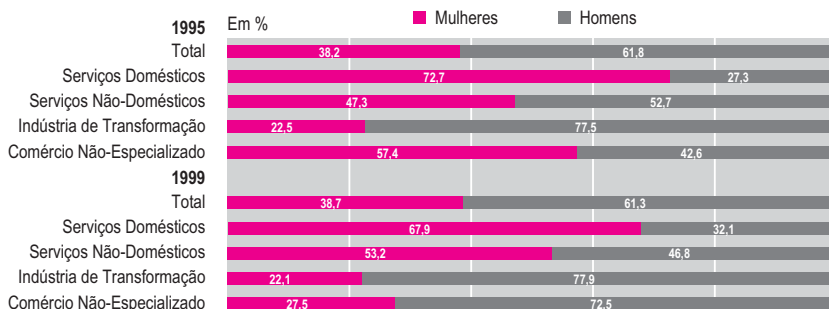
Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas e outras ocupações para as quais a amostra não permite desagregação.

(2) Valores sujeitos a erro amostral elevado, superior a 30%.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

Gráfico 4
Distribuição dos Empregados em Atividades Não-Agrícolas Residentes Rurais (1),
por Sexo, segundo Grupos de Ocupações
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Excluem-se professores, motoristas e empregados na construção civil.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

minoria em 1995, mas, em 1999, respondiam por um percentual maior que os homens (53,2% contra 46,8%); o contrário foi observado entre os empregados no Comércio não-especializado, em que o contingente feminino era majoritário em 1995 (57%), perdendo participação em 1999 (27,5%).

Na indústria de transformação, a distribuição do emprego entre os sexos se manteve constante no período analisado, com cerca de 22% para as mulheres e 78% para os homens.

No emprego não-agrícola as mulheres tinham jornada menor que no agrícola

O emprego em atividades não-agrícolas propicia às mulheres jornadas de trabalho mais curtas do que o emprego

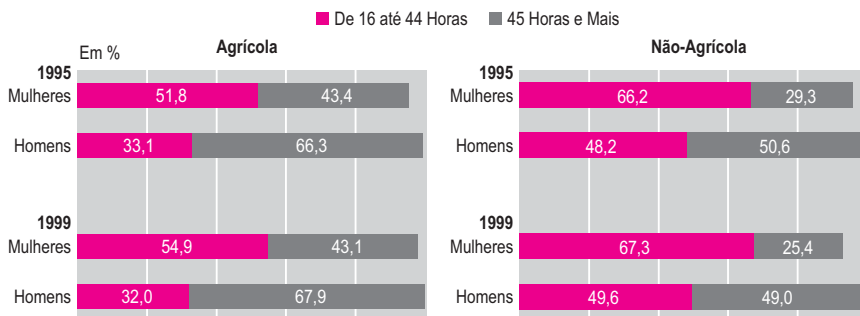
na agricultura. Em 1999, 43% das empregadas na agricultura tinham jornadas superiores a 44 horas semanais, ao passo que somente 25% das empregadas em atividades não-agrícolas trabalhavam além da jornada legal.

Entre os homens, nos dois anos analisados, verifica-se que a parcela com jornada superior a 44 horas é mais expressiva que a feminina: 68% para os empregados no setor agrícola; e 49% para aqueles em atividades não-agrícolas (Gráfico 5).

Aumentou o percentual de empregadas sem registro

O registro do contrato de trabalho em carteira é geralmente considerado um indício de trabalho menos vulnerável, uma vez que está associado à garantia

Gráfico 5
Distribuição dos Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade e Horas Trabalhadas na Semana
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução. A distribuição por sexo não soma 100%, porque o total inclui os indivíduos para os quais não foi obtida esta informação.

EMPREGO

de uma série de direitos. Vejamos como se comporta o emprego rural nas ocupações agrícolas e não-agrícolas a partir desse enfoque (Tabela 6).

A participação de mulheres rurais empregadas em atividades agrícolas com registro em carteira apresentou uma importante redução de 1995 para 1999, passando de 62,6% para 45,1%. Como se verá adiante, essa precarização do vínculo de trabalho ocorreu principalmente no contingente de empregadas permanentes da agricultura. Por outro lado, a maior parte das mulheres rurais empregadas em ocupações não-agrícolas não tinha registro em carteira, tanto em 1995 (50,3%) como em 1999

(48,5%). Provavelmente esta é a situação dominante no emprego doméstico, principal absorvedor do trabalho feminino em atividades não-agrícolas.

A situação dos homens apresenta diferenciações. No emprego em atividades agrícolas, aumentou significativamente, no período, a participação daqueles com registro em carteira, passando de 59,4% para 67,5% do total. Porém, no emprego em atividades não-agrícolas, o percentual de homens registrados reduziu-se de 70,3% para 59,6%. Mesmo assim, em comparação com as mulheres, o contingente masculino possuía, em 1999, uma situação de emprego menos precária.

Tabela 6
Distribuição dos Empregados Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Setores de Atividade
e Posse de Carteira de Trabalho
Estado de São Paulo
1995-1999

Setores de Atividade e Posse de Carteira de Trabalho	Em porcentagem					
	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Agrícola						
<i>Empregados (1)</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Possuem	59,8	62,6	59,4	63,8	45,1	67,5
Não Possuem	40,1	36,9	40,6	36,1	54,9	32,4
Não-Agrícola						
<i>Empregados (1)</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Possuem	59,3	41,4	70,3	53,1	42,8	59,6
Não Possuem	36,0	50,3	27,2	40,6	48,5	35,6

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

Proporção de contribuintes diminuiu entre as empregadas em atividades agrícolas e cresceu entre as não-agrícolas

Outra característica relacionada à qualidade do emprego refere-se à cobertura previdenciária. Para os empregados, esta estaria associada ao registro em carteira, uma vez que o recolhimento ao INSS é obrigação legal do empregador. Porém, nem sempre essa sobreposição é perfeita.

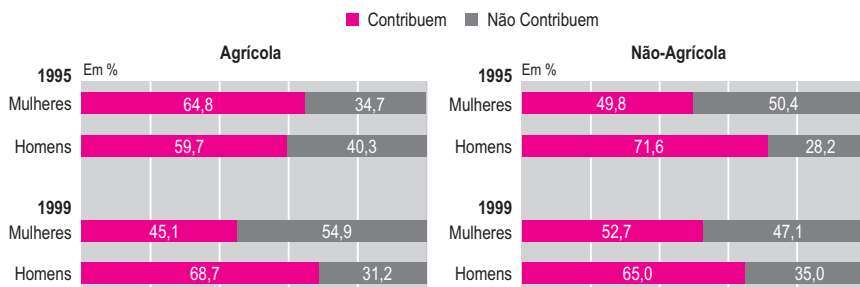
Da mesma forma como no registro em carteira, observa-se, para as mulheres rurais com emprego em atividades agrícolas, uma redução pronunciada do percentual de contribuintes, entre 1995 e 1999, passando de 64,8% para 45,1%. Em contrapartida, aumentou a proporção de contribuintes entre as mulheres rurais com emprego em atividades não-agrícolas

las: de quase 50% para cerca de 53,0%, no período analisado (Gráfico 6).

A situação masculina apresentou uma evolução inversa da feminina. Se, no emprego em atividades agrícolas, aumentou o percentual de contribuintes (de 59,7% para 68,7%), nas atividades não-agrícolas essa proporção caiu de 71,6% para 65,0%. Seria isto efeito do aumento de ocupações nos serviços domésticos, também para os homens?

Como se pode ver na Tabela 7, em vários casos, o percentual de mulheres contribuintes é maior que o de registradas, parecendo indicar que esse contingente feminino está contribuindo por conta própria, independentemente do registro pelo empregador. Este fenômeno pode ser observado, em 1995, na agricultura, e, tanto em 1995 como em 1999, nas atividades não-agrícolas. A proporção de empregadas em atividades

Gráfico 6
Distribuição dos Empregados (1) Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Setores de Atividade e Contribuição para a Previdência
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

não-agrícolas que contribuíam para a previdência, em 1999, é dez pontos percentuais superior ao de empregadas registradas: 52,7% contra 42,8%.

Remuneração feminina equivale a 69,0% da masculina nas atividades agrícolas

A questão dos rendimentos é crucial para definir a qualidade dos postos de trabalho. Calculou-se a renda média mensal das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas, por sexo, em valores de setembro de 1999 (Tabela 8). Nos dois anos considerados, as ocupações não-agrícolas pagavam melhor que as agrícolas, tanto para mu-

heres como para homens. Um fato interessante é que, mesmo descontada a inflação, a renda média feminina cresceu em torno de 20,0%, no período, enquanto a dos homens aumentou 9,3% nas ocupações agrícolas e 1,0% nas não-agrícolas. Mesmo assim, a renda média mensal das empregadas residentes rurais manteve-se inferior à masculina. De fato, as mulheres em 1999 ganhavam 69,0% do rendimento médio masculino nas atividades agrícolas e 64,2% nas não-agrícolas. Há que se lembrar, no entanto, que os homens têm jornadas mais extensas que as mulheres, e não se calculou salário/hora, o que permitiria uma comparação mais adequada.

Tabela 7
Proporção dos Empregados Residentes Rurais com Registro em Carteira e Contribuição Previdenciária, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995-1999

Setores de Atividade	Em porcentagem			
	1995		1999	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)				
Com Registro em Carteira	45,2	64,6	43,2	63,0
Contribuintes da Previdência Social	52,7	65,4	51,0	66,6
Agrícola (1)				
Com Registro em Carteira	62,6	59,4	45,1	67,5
Contribuintes da Previdência Social	64,8	59,7	45,1	68,7
Não-Agrícola (1)				
Com Registro em Carteira	41,4	70,3	42,8	59,6
Contribuintes da Previdência Social	49,8	71,6	52,7	65,0

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

Diminuiu a proporção de mulheres que recebiam auxílio-moradia

Quanto aos auxílios vinculados ao trabalho (Tabela 9), aquele referente à moradia é mais freqüente nas ocupações agrícolas e os de alimentação e transporte nas não-agrícolas. O recebimento de auxílio-moradia nas atividades agrícolas, que alcançava 67,0% das mulheres, em 1995, passou para 43,1%, em 1999, acompanhada por um substancial aumento do auxílio-transporte, que em 1999 alcançou 23,5% do contingente feminino. Esse comportamento é mais um sinal das transformações por que estão passando a vida e o trabalho no meio rural.

No caso dos homens, manteve-se elevada a freqüência dos que recebiam auxílio-moradia, em torno de 73%, nas duas datas.

Nas ocupações não-agrícolas, um percentual maior de mulheres tinha acesso aos auxílios alimentação e transporte, em comparação com os homens. Assim, em 1999, 55,1% das mulheres recebiam auxílio-alimentação, contra 46,0% dos homens. Já no caso do auxílio-transporte, esses valores correspondiam a 37,7% e 35,3%, respectivamente, no mesmo ano.

O auxílio-saúde ou reabilitação era mais disponível para os homens nas duas atividades, atingindo, em 1999, 19,9% nas agrícolas, enquanto somente 14,6% das mulheres possuíam esse auxílio. Isto pode ser decorrência do fato de que é significativamente maior a proporção de homens que contribuem para a Previdência Social, o que lhes dá acesso a esse benefício.

O auxílio-educação ou creche é praticamente inexistente, nos dois grupos de ocupações, para ambos os sexos.

Tabela 8
Renda Média Mensal (1) dos Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1995-1999

Setores de Atividade	1995				1999			
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)
Agrícolas	260,99	172,56	273,05	63,2	282,96	205,84	298,39	69,0
Não-Agrícolas	378,34	247,64	459,62	53,9	399,98	297,95	464,05	64,2

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Em 1995, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO

Tabela 9
Proporção de Empregados Residentes Rurais, por Sexo,
segundo Setores de Atividade e Auxílios Recebidos do Trabalho
Estado de São Paulo
1995-1999

Em porcentagem

Setores de Atividade e Auxílios Recebidos	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Agrícola						
Auxílio-Moradia	71,8	67,0	72,5	68,3	43,1	73,4
Auxílio-Alimentação	24,2	23,8	24,2	21,8	-(1)	25,0
Auxílio-Educação ou Creche	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)
Auxílio-Transporte	7,0	-(1)	7,1	12,0	23,5	9,8
Auxílio-Saúde ou Reabilitação	10,4	-(1)	9,8	8,1	-(1)	7,0
Não-Agrícola						
Auxílio-Moradia	24,5	23,3	25,3	20,9	17,4	23,1
Auxílio-Alimentação	50,7	63,1	43,1	49,5	55,1	46,0
Auxílio-Educação ou Creche	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)
Auxílio-Transporte	36,2	39,3	34,2	36,2	37,7	35,3
Auxílio-Saúde ou Reabilitação	22,3	19,1	24,3	17,8	14,6	19,9

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995 - 1999; Fundação Seade.

(1) Valores sujeitos a erro amostral elevado, superior a 30%.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO AGRÍCOLA

Emprego permanente concentra mais mão-de-obra feminina

Neste tópico, buscou-se conhecer quais as condições em que trabalhavam as mulheres de residência rural que eram empregadas permanentes, em termos de jornada de trabalho, cobertura previdenciária, rendimentos e recebimento de auxílios ligados ao trabalho.

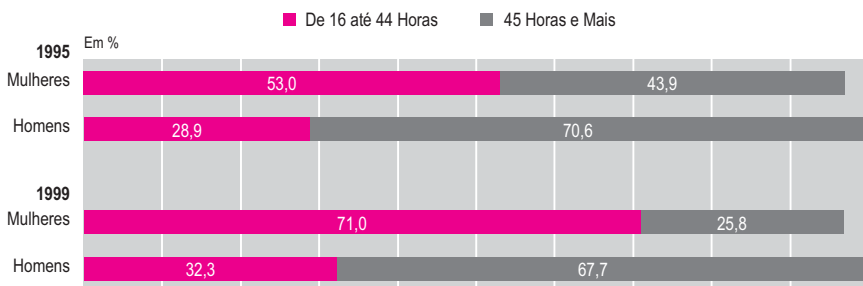
Conforme analisado anteriormente, a maioria de empregados em atividades agrícolas, tanto mulheres como homens, era composta por trabalhadores permanentes, perfazendo mais de 60,0%. As mulheres respondiam por um percentual mais alto em 1995 (69,2%), que sofreu redução em 1999 (60,8%). Entre os ho-

mens, essa proporção era de 62,4%, em 1995, e 62,8%, em 1999.

Maioria das mulheres trabalhava até 44 horas semanais

As mulheres residentes rurais que eram empregadas permanentes exerciam suas atividades, principalmente, em jornadas semanais de 16 a 44 horas (71,0%, em 1999). As que trabalhavam além da jornada legal perfaziam 25,8%, na mesma data. Já entre os homens, era maior a proporção dos que exerciam jornadas que ultrapassavam as 44 horas legais (67,7%).

Gráfico 7
Distribuição dos Empregados Agrícolas Permanentes (1) Residentes Rurais, por Sexo, segundo Horas Trabalhadas na Semana Estado de São Paulo 1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO AGRÍCOLA

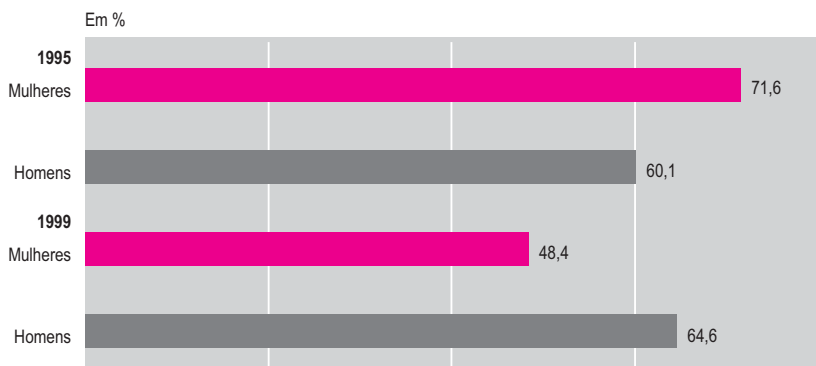
Observa-se, ainda, um aumento na proporção das empregadas permanentes que trabalhavam de 16 a 44 horas semanais, que passaram de 53,0%, em 1995, para 71,0%, em 1999. Já entre os homens, as proporções não se alteram de forma significativa, nos diferentes estratos de jornada, como mostra o Gráfico 7.

Constata-se que, em comparação com as empregadas de residência urbana, as que moravam no meio rural e que trabalhavam de forma permanente tinham jornadas menos extensas: metade das primeiras excedia a jornada legal, enquanto apenas um quarto dessas trabalhadoras em atividades agrícolas estava na mesma situação.

Aumentou a proporção de empregadas permanentes que não possuíam carteira de trabalho assinada

A qualidade dos postos ocupados pode ser identificada, entre outros modos, pelo tipo de vínculo empregatício. Nesse sentido, ter ou não carteira de trabalho assinada é um dos elementos levados em consideração na avaliação da menor ou maior precariedade do trabalho. De acordo com esse parâmetro, constata-se uma deterioração nas relações de trabalho das empregadas permanentes de residência rural.

Gráfico 8
Proporção dos Empregados Agrícolas Permanentes (1) Residentes Rurais que Possuem Carteira de Trabalho Assinada, por Sexo
Estado de São Paulo
1995-1999



Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO AGRÍCOLA

Entre 1995 e 1999, diminuiu expressivamente a proporção de empregadas que possuíam vínculo formal de trabalho através da carteira assinada, passando de 71,6% para 48,4%, o que indica uma enorme informalização dos vínculos de trabalho entre as mulheres. Situação inversa é observada para os homens, uma vez que, no mesmo período, cresceu o percentual dos que possuíam carteira assinada, passando de 60,1% para 64,6% (Gráfico 8).

Assim, em 1999, mais da metade das empregadas permanentes não possuía carteira de trabalho assinada pelo empregador. Em contrapartida, grande parte dos homens tinha registro em carteira.

Mais da metade das mulheres não contribuía para a Previdência Social

Possuir carteira de trabalho assinada é uma forma compulsória de contribuição à Previdência Social, que faculta ao trabalhador, além dos direitos trabalhistas, o acesso à aposentadoria e à pensão. No caso dos que não a possuem, resta a alternativa de contribuir como autônomo, independente do empregador.

No período analisado, nota-se que, entre os empregados permanentes, a contribuição à Previdência aparece claramente associada à posse de carteira assinada, pois as proporções, independen-

Tabela 10
Proporção dos Empregados Agrícolas Permanentes com Registro em Carteira e Contribuição Previdenciária, por Sexo, segundo Situação de Domicílio
Estado de São Paulo
1995-1999

Situação de Domicílio	Em porcentagem			
	1995		1999	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)				
Com Registro em Carteira	64,0	60,6	54,8	59,8
Contribuintes da Previdência Social	64,0	61,3	58,1	62,6
Rural (1)				
Com Registro em Carteira	71,6	60,1	48,4	64,6
Contribuintes da Previdência Social	71,6	60,6	48,4	65,8

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO AGRÍCOLA

temente do sexo, são semelhantes. Assim, em 1999, 51,6% das mulheres e 34,2% dos homens não contribuíam para a Previdência Social. Estas informações ressaltam a posição desvantajosa dessas trabalhadoras, em relação aos homens (Tabela 10).

Empregadas permanentes recebiam 75,8% do rendimento médio obtido pelos homens

Em relação aos rendimentos do trabalho dos residentes rurais do Estado de São Paulo, a maioria dos empregados permanentes concentrava-se na faixa de mais de meio a dois salários mínimos: 64,5% para as mulheres e 52,8% para os homens, em 1999.

Em valores monetários, nota-se que, ao contrário do ocorrido com os residentes urbanos, o rendimento médio mensal aumentou para mulheres e homens, no período analisado, com vantagem para as primeiras. Ainda assim, os

rendimentos médios mensais das empregadas permanentes urbanas são superiores aos recebidos pelas rurais, nos dois períodos. Já para os homens, em 1999, verifica-se, no rural, rendimentos superiores aos urbanos.

Embora continuem recebendo menos que os homens, o maior aumento para as empregadas permanentes de residência rural atenuou a diferença entre os rendimentos de mulheres e homens. A renda feminina, que em 1995 representava 72,3% da masculina, passou a constituir, em 1999, 75,8% desse rendimento. Nesse último ano, o rendimento médio mensal dessas mulheres correspondia a R\$ 215,77 e, dos homens, a R\$ 284,77, em valores de setembro de 1999, como mostra a Tabela 11.

Auxílio-moradia era o principal benefício recebido pelas mulheres

Quando se analisam os auxílios recebidos pelas empregadas permanentes,

Tabela 11
Renda Média Mensal (1) dos Empregados Agrícolas Permanentes,
por Sexo, segundo Situação de Domicílio
Estado de São Paulo
1995-1999

Situação de Domicílio	Em reais							
	1995				1999			
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)
Total	263,60	213,30	272,07	78,4	258,69	225,08	266,10	84,6
Rural	245,54	184,17	254,87	72,3	273,57	215,77	284,77	75,8

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Em 1995, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO AGRÍCOLA

constata-se que o auxílio-moradia era a principal forma de benefício ligado ao trabalho, provavelmente associado ao fato de que algumas propriedades rurais dispõem de casas para a moradia de seus trabalhadores. Assim, em 1999, 54,8% dessas trabalhadoras recebiam esse auxílio. Em 1995, a proporção era um pouco maior (59,3%), como se pode observar na Tabela 12.

Já entre os homens, esse tipo de benefício era mais freqüente, pois 77,0% o recebiam, em 1999. Entretanto, diferentemente das mulheres, 28,6% recebiam auxílio-alimentação, 9,3% transporte e 7,5% saúde ou reabilitação. Entre 1995 e 1999, observam-se pequeno decréscimo na proporção masculina de emprega-

dos permanentes que recebiam auxílios moradia e alimentação e aumento entre aqueles que tinham como benefício os auxílios transporte e de saúde ou reabilitação. O fato de as mulheres não receberem estes auxílios de forma significativa pode estar associado à menor proporção de vínculos formais de trabalho entre as empregadas permanentes.

Na comparação com as empregadas urbanas, pode ser observado que, ao contrário das empregadas permanentes rurais, o principal tipo de auxílio era o transporte, nos dois anos analisados, uma vez que residir no mesmo local onde é exercido o trabalho não é comum nas áreas urbanas, com exceção do caso das empregadas domésticas.

Tabela 12
Proporção dos Empregados Agrícolas Permanentes (1) Residentes Rurais,
por Sexo, segundo Auxílios Recebidos do Trabalho
Estado de São Paulo
1995-1999

Auxílios Recebidos	Em porcentagem					
	1995			1999		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Auxílio-Moradia	75,3	59,3	77,7	73,4	54,8	77,0
Auxílio-Alimentação	28,8	-(2)	29,3	25,0	-(2)	28,6
Auxílio-Educação ou Creche	-	-	-	-	-	-
Auxílio-Transporte	6,6	-(2)	6,2	12,5	-(2)	9,3
Auxílio-Saúde ou Reabilitação	6,6	-(2)	5,7	9,9	-(2)	7,5

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Inclusive ocupações maldefinidas ou não declaradas.

(2) Valores sujeitos a erro amostral elevado, superior a 30%.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA

Residentes no meio rural empregadas nos serviços domésticos

Neste tópico será analisada a inserção dos empregados nos serviços domésticos, no meio rural. Como já foi dito, em 1999, as mulheres representavam 67,2% das trabalhadoras em atividades não-agrícolas. Entre essas, 80,9% estavam na condição de empregadas. Desse total de empregadas em atividades não-agrícolas, 52,7% eram domésticas. Assim como na área urbana, o emprego doméstico passou a ser a porta de entrada ao mercado de trabalho para grande contingente de mulheres, geralmente de baixa escolaridade e muitas vezes chefes de família.

Diminuiu a proporção de mulheres que trabalhavam mais de 45 horas semanais

A maior parte dessas empregadas domésticas (65,2% em 1999) trabalhava de 16 a 44 horas semanais, jornada majoritária também entre outras categorias de trabalhadores.

Entre 1995 e 1999, observou-se uma redução na proporção das empregadas que trabalhavam mais de 45 horas por semana (de 35,7% para 25,0%), assim como o surgimento de um segmento com jornadas menores de 16 horas semanais

(9,8% do total). Já para os homens nessa mesma função, mais da metade (56,6%) continuava trabalhando mais de 45 horas semanais, em 1999.

71,4% das empregadas domésticas não tinham registro em carteira

A ilegalidade parece predominar nesse tipo de ocupação. De fato, a maioria das empregadas domésticas residentes na área rural (71,4%) trabalhava, em 1999, sem registro em carteira. A situação é um pouco melhor no meio urbano, mas igualmente grave, pois cerca de 67,0% das empregadas domésticas urbanas não tinham carteira assinada.

Apesar de também precária, a situação dos homens ocupados no emprego doméstico é mais favorável que a das mulheres, uma vez que, em 1999, 41,5% não tinham carteira de trabalho assinada. Interessante destacar que, no caso dos homens empregados domésticos, a proporção dos que trabalhavam sem essa garantia mínima de trabalho é maior no meio urbano (53,2%) do que no rural.

Portanto, nesse aspecto, as mulheres estão em posições mais vulneráveis e, como será visto a seguir, recebem remunerações mais baixas que os homens.

EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA

Nos serviços domésticos era baixa a contribuição à previdência

Como mostra a Tabela 13, é muito pequeno o contingente de empregadas domésticas que contribuíam para a previdência social: menos de um terço delas, nos dois anos analisados, correspondendo a praticamente a mesma proporção dessas trabalhadoras que possuíam carteira assinada (27,9%, em 1995, e 28,6%, em 1999). Portanto, pode-se concluir que a maioria fica sem amparo legal em caso de doença, acidente ou velhice. Aproximadamente 59% dos homens faziam essa contribuição.

Aumentou a diferença entre os rendimentos femininos e masculinos

No emprego doméstico, como em todos os outros, o rendimento masculi-

no é superior ao feminino. No meio rural do Estado de São Paulo a situação não é diferente (Tabela 14). Em 1999, as empregadas domésticas recebiam o correspondente a 73,2% dos rendimentos masculinos nessa mesma função, que, em valores monetários de setembro, correspondiam a R\$ 152,16 e R\$ 207,77, respectivamente.

Em 1995, o contexto era um pouco melhor, já que naquela data essas mulheres recebiam 77,1% dos rendimentos masculinos. A situação se deteriorou devido à redução de 0,8% na renda das mulheres e ao aumento de 4,5% na dos homens.

Auxílio-alimentação era o principal benefício do trabalho para as mulheres

O principal auxílio recebido pelas mulheres era o de alimentação, apesar de a proporção ter diminuído de 1995

Tabela 13
Proporção dos Empregados nos Serviços Domésticos com Registro em Carteira e Contribuição Previdenciária, por Sexo, segundo Situação de Domicílio Estado de São Paulo 1995-1999

Situação de Domicílio	Em porcentagem			
	1995		1999	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Rural				
Com Registro em Carteira	27,9	46,1	28,6	58,5
Contribuintes da Previdência Social	27,9	48,8	30,4	58,5

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

Tabela 14
Renda Média Mensal (1) dos Empregados nos Serviços Domésticos,
por Sexo, segundo Situação de Domicílio
Estado de São Paulo
1995-1999

Em reais

Situação de Domicílio	1995				1999			
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)	Total	Mulheres	Homens	Mulheres/ Homens (%)
Total	231,45	225,52	306,86	73,5	234,29	229,61	284,30	80,8
Rural	165,89	153,40	198,85	77,1	170,02	152,16	207,77	73,2

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.

(1) Em 1995, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999.

Nota: Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

(73,1%) para 1999 (61,6%). Entre os homens esse percentual era menor (37,7%, em 1999).

É interessante observar que, no meio rural o benefício preponderante para os homens era o auxílio-moradia (84,9%, em 1999), enquanto apenas 31,2% das mulheres tinham acesso a esse benefício. É possível que tão grande discrepância deva-se, em parte, ao fato de certa proporção de mulheres ser esposa de caseiros ou trabalhadores rurais que possuem auxílio-moradia.

Em contrapartida, o auxílio-transporte é mais importante para as mulheres do que para os homens, pois, em 1995, 37,5% delas o recebiam, passando para 28,6%, em 1999.

BIBLIOGRAFIA

- BALSADI, O.V. *Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 2000.
- DEL GROSSI, M.E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. "A distribuição espacial da população rural brasileira e economicamente ativa, 1981-95. *Espaço e geografia*. Departamento de Geografia da UNB. Brasília 2(1): 95-110, 1999.
- KLEIN, E. *El empleo no agrícola en America Latina*. Prealc-OIT, n.364, ago. de 1992.